

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL****CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

Contrato de Prestação de Serviços nº 004/2017-CGDF, nos termos do Padrão nº 05/2002.

Processo-SEI nº 00480-00005575/2017-00 .

Cláusula Primeira – Das Partes

O Distrito Federal, por meio da Controladoria-Geral do Distrito Federal, com sede no Ed. Anexo do Buriti, 13º, Praça do Buriti – Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.944.148/0001-96, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato por Henrique Moraes Ziller, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 335.084 SSP/DF e do CPF nº 179.173.601-72, na qualidade de Controlador-Geral, com delegação de competência prevista nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal e a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, doravante denominada CONTRATADA, com sede no SIA Trecho 02 Lotes 1835/1845, Primeiro andar - Guará – Brasília/DF, CNPJ nº 03.495.108/0001-90, representada neste ato por Dilma de Fatima Imai, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 2083142 SSP/GO, inscrita no CPF sob o nº .607.413.841-81, na qualidade de Diretora Executiva.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Projeto Básico de fls. (2026791), da Proposta da FUNAP, fls. (3090097), e da Justificativa de Dispensa de Licitação, baseada no inciso XIII, art. 24, c/c art. 26 e com as demais disposições da Lei nº 8.666, de 21.6.93 e suas alterações, no Decreto nº 10.144/87, que aprova o Estatuto da CONTRATADA, no Decreto nº 24.193/2003, que dispõe sobre a criação do Projeto Reintegra Cidadão.

Cláusula Terceira – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a prestação de serviços relacionados às atividades a seguir enumeradas, a serem executados por até 25 (vinte e cinco) sentenciados e egressos do sistema penitenciário, nas dependências da Controladoria-Geral do Distrito Federal e eventuais atividades externas, nos termos do artigo 28, da Lei nº 7.210/1984 e Lei nº 8.666/1993: reprografia; entrega de documentos; auxílio à organização de arquivos; manutenção e conservação predial; manutenção e recuperação de bens móveis; manutenção de veículos; reciclagem de papéis; recolhimento de bens inservíveis; transporte de materiais; copeiragem e serviços gerais, consoante especifica o Projeto Básico às fls. (2026791) e a Proposta de fls. (3090097), que passam a integrar o presente Termo, independentemente de transcrição.

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de execução indireta, segundo o disposto no art. 10, da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quinta – Do Valor

5.1 – Os valores máximos estimados para a prestação dos serviços objeto do contrato são da ordem de R\$ **46.153,50** (quarenta e seis mil, cento e cinquenta e três reais e cinquenta centavos) mensais e R\$ **553.842,00** (quinhentos e cinquenta e três mil, oitocentos e quarenta e dois reais) anuais, correspondentes à prestação do

serviço por até 25 (vinte e cinco) trabalhadores, no valor unitário de R\$ 1.846,14 (hum mil, oitocentos e quarenta e seis reais e quatorze centavos), conforme discriminado a seguir:

Descrição	Quantidade	Valor unitário	Subtotal
Bolsa ressocialização	25	1.150,00	28.750,00
Auxílio Alimentação (R\$ 13,99 x 22 dias/mês)	25	308,00	7.700,00
Auxílio Transporte (R\$ 10,00 x 22 dias/mês)	25	220,00	5.500,00
Taxa de Administração	25	168,14	4.203,50
Valor unitário por sentenciado		1.846,14	
Total mensal estimado			46.153,50
Valor anual do contrato			553.842,00

5.2 – Os valores dos itens, bolsa ressocialização, auxílio-alimentação e transporte, bem como os custos operacionais e institucionais para a FUNAP/DF, serão reajustados por conveniência e oportunidade da Administração, respeitada a possibilidade de repactuação para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a periodicidade mínima de um ano, limitado à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 45101

II – Programa de Trabalho: 04.421.621.124.268.384

III – Natureza da Despesa: 33.91.39

IV – Fonte de Recursos: 101

6.2 – O empenho inicial é de R\$ 60.000,00. (sessenta mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2017NE00478, emitida em 10/11/2017, sob o evento nº 400091, na modalidade Estimativo.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, em parcela(s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 10 (dez) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

O prazo de vigência do contrato será de 05 (cinco) anos, a contar de 20 de novembro de 2017, podendo ser rescindido nas hipóteses elencadas na Lei nº 8.666/1993.

Cláusula Nona – Das Obrigações e Responsabilidade da Contratante

- 9.1 - Proporcionar todos os meios necessários para que a contratada possa desempenhar todos os serviços objeto desta contratação;
- 9.2 - Determinar o horário e o local onde serão prestados os serviços;
- 9.3 – Encaminhar a Contratada até o 4º (quarto) dia útil do mês subsequente as folhas de ponto dos sentenciados, devidamente assinadas e atestadas;
- 9.4 - Orientar os sentenciados quanto à execução das tarefas, de forma que os serviços sejam realizados dentro dos seus parâmetros de eficiência e eficácia;
- 9.5 - Cumprir com a Contratada, todos os compromissos financeiros autorizados e assumidos em decorrência desta contratação;
- 9.6 - Notificar à Contratada, formal e tempestivamente, todas as irregularidades observadas no decorrer do contrato;
- 9.7 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, mediante representante especialmente designado, conforme disposto na legislação vigente;
- 9.8 - Fornecer material de consumo, uniforme e equipamentos de proteção individual, caso necessário à utilização dos mesmos, na execução dos serviços contratados.

Cláusula Décima – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

- 10.1 - Selecionar os sentenciados para o trabalho, conforme solicitação, dentre aqueles indicados pelos Estabelecimentos Penais do Distrito Federal e pela Contratante;
- 10.2 - Agendar entrevista de seleção entre os sentenciados e/ou egressos e representantes da CGDF, nas dependências da FUNAP, ou em local por ela designado;
- 10.3 - Apresentar o reeducando contratado em até 10 dias corridos da data de solicitação de preenchimento da vaga pela Contratante;
- 10.4 - Indicar sentenciados que estejam com a documentação (Carteira de Identidade e CPF) regularizada e possuir conta corrente em estabelecimento bancário;
- 10.5 - Orientar inicialmente os sentenciados encaminhados quanto à execução das tarefas, de forma que os serviços contratados sejam realizados com esmero e retidão;
- 10.6 - Garantir a Contratante a mão-de-obra necessária à execução das tarefas, dentro dos horários por ela praticados, que não será inferior a 6 (seis) horas nem superior a 8 (oito) horas diárias, com descanso nos feriados e finais de semana;
- 10.7 - Prestar os serviços contratados na forma ajustada, mantendo a execução de cronograma de tarefas que vier a ser estabelecido pela Contratante;
- 10.8 - Encaminhar a nota fiscal de pagamento até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da apuração, em conjunto com as certidões de quitação de débitos trabalhistas, fiscais e sociais;
- 10.9 - Comunicar imediatamente à Contratante quando o sentenciado for recolhido ou entrar de licença médica;

10.10 - Cumprir com fidelidade o calendário de contratações apresentado à Contratante;

10.11 - Assumir a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados pelos sentenciados, à Contratante ou aos seus prepostos, nos locais onde os serviços são realizados;

10.12 - Coordenar, comandar e fiscalizar o bom andamento dos serviços, cuidar da disciplina, controlar a frequência e a boa apresentação pessoal dos sentenciados;

10.13 - Responsabilizar-se pelo pagamento dos salários, auxílios refeição e transporte dos sentenciados, bem como dos encargos trabalhistas decorrentes da execução do contrato;

10.14 - Garantir o pagamento do auxílio alimentação e vale transporte ao reeducando designado para prestação de serviço no âmbito desta contratação, preferencialmente, desde o primeiro dia de trabalho;

10.15 - Comprovar, juntamente com a fatura mensal dos serviços prestados, ou sempre que solicitado, a quitação dos encargos sociais, previdenciários e tributários, mediante a apresentação das respectivas certidões negativas;

10.16 - Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no ato da contratação;

10.17 - Designar um preposto, para responder pelo contrato, junto a Contratante;

10.18 - Comunicar imediatamente à Contratante, por meio de correspondência, qualquer fato relevante que eventualmente ocorra, que possa alterar significativamente a sua situação econômico-financeira ou a imagem pública.

Cláusula Décima Primeira – Da Alteração Contratual

11.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

11.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, repactuação, reequilíbrio econômico, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do seu respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Segunda – Das Penalidades

A contratada que não cumprir integralmente com as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estará sujeita às sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, e alterações posteriores.

Cláusula Décima Terceira – Da Rescisão Amigável

O Contrato poderá ser rescindido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato, nos termos do art. 79, inc. II, da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima Quarta – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da CONTRATANTE, reduzido a termo no respectivo processo, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Quinta – Dos Débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Sexta – Do Executor

O Distrito Federal, por meio da Controladoria-Geral do Distrito Federal, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

Cláusula Décima Sétima – Do Cumprimento ao Decreto Distrital nº 34.031/2012

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, pelo telefone 0800.6449060 (Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012). (Parecer nº 330/2014-PROCAD/PGDF).

Cláusula Décima Oitava - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o respectivo registro pela Controladoria-Geral do Distrito Federal.

Cláusula Décima Nona – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Brasília, 17 de novembro de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **DILMA DE FÁTIMA IMAI, Usuário Externo**, em 17/11/2017, às 17:20, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE MORAES ZILLER - Matr.0269128-0, Controlador(a)-Geral Adjunto(a) do Distrito Federal**, em 17/11/2017, às 18:05, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador= 3365711](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=3365711) código CRC= **BE2D30BE**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - anexo do Palácio do Buriti, 13º andar. - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF